



Agroecologia como metodologia de educação ambiental nas escolas no/do campo

Agroecology as a methodology for environmental education in rural schools

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira De¹; MARTINS, Ronaldo dos Santos²; VENÇÃO, Karisa Katiele Lima³; OLIVEIRA, Eduardo Bonfim⁴

¹ Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina - PPGE0, murilo.souza@ueg.br

² Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina - PPGE0, ronalgeo@gmail.com

³ Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina - PPGE0, karinavencao@gmail.com

⁴ Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina - PPGE0, dududubarro@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Resumo: O ponto central deste trabalho é pensar a relação da Agroecologia como o processo da elaboração e implementação da perspectiva de Educação Ambiental nas escolas brasileiras, em específico no meio rural, bem como, a Agroecologia no contexto do ensino escolar. Através de uma análise bibliográfica crítica, apontando as mazelas do agronegócio como proposta pedagógica nas escolas, bem como seu avanço e impactos sobre as populações do campo que resistem a partir de variadas formas de preservação de saberes e identidades territoriais. Importante tratar desde a formação em Agroecologia nos espaços informais até a institucionalização no ensino básico e superior de forma geral.

Palavras-chave: sustentabilidade; educação no/do campo; preservação ambiental; identidades territoriais.

Introdução

É irrefutável que a modernização do campo tem como prioridade o produtivismo na maior escala possível, negando o campo também como espaço de reprodução da vida. E através desse modelo, a qualidade de vida dessas pessoas e preservação da natureza, é em suma, esquecida ou simplesmente negligenciada. Assim, como ressalta Caporal e Costabeber (2007), tais transformações de cunho unicamente capitalista, que desprezam os cuidados que devemos ter com o meio ambiente, os sentidos que têm a terra e a relação com a natureza para as populações do campo. Assim, para essas populações, o campo possui elementos que superam os valores materiais agregados à lógica capitalista.

Entendemos que o meio rural, produz no ser social dessas populações, identidades territoriais que se materializam via relações socioestabelecidas e que é do cotidiano deles. Essas “identidades”, se dão a partir de processos históricos culturais de suas relações interpessoais, e com a natureza.

E nesse sentido, segundo Souza (2012, p. 23), é papel da escola valorizar tais identidades, com base em fundamentações teóricas que possam construir metodologias que instiguem a valorização dessas identidades, seus sentidos e significados, em consonância com a preservação ambiental.



A Educação no Campo, deve antes de tudo, promover uma mudança no “pensar o campo e do projetar o campo”, isto é, na perspectiva de uma educação voltada para criticidade das questões ambientais. Sendo assim, o campo deve ser percebido prioritariamente através das condições de vida dos povos que ali vivem, e do seu nível de preservação ambiental, considerando o campo enquanto espaço de lutas. “O modelo de Educação Ambiental deve ser pensado também, levando em conta a relação homem/mulher e a natureza, as condições de produção e trabalho, as diversas culturas ali aglutinadas, e as relações sociais que permeiam a vida no campo e se projetam no espaço escolar” (CALDART, 2004, p. 42).

Nessa perspectiva, a Agroecologia como procedimento metodológico de educação no/do campo, consiste em uma abordagem que visa a construção de sistemas agrícolas sustentáveis, equilibrando a produção de alimentos com a preservação dos recursos naturais e a promoção da justiça social no campo e na cidade. E busca promover técnicas de manejo sustentável do solo, diversificação de culturas, uso eficiente dos recursos hídricos e o resgate e valorização de conhecimentos milenares dos povos que habitam o campo e as florestas.

E é nesse sentido que a Agroecologia propõe uma prática educativa baseada em metodologias participativas que permitam a reconstrução histórica das trajetórias de vida e dos modos de produção, de resistência e de reprodução, assim como o desvendamento das relações das comunidades com o seu meio ambiente. Tais metodologias devem ajudar na identificação e compreensão, individual e coletiva, dos sucessos e insucessos dos estilos de agricultura praticados, assim como a identificação e análise dos impactos positivos e negativos do modelo dominante sobre a comunidade e o seu entorno.

Do mesmo modo, estes procedimentos devem contribuir para a identificação do potencial endógeno das comunidades, ou seja, os recursos localmente disponíveis que, se usados adequadamente, podem fortalecer processos de desenvolvimento mais sustentáveis.

Dessa forma, a construção do saber acontece em diferentes espaços (escola, universidades, sindicato, grupo de amigos e familiares), e esse reconhecimento de diferentes saberes deve ser reconhecido pela escola.

Consideramos que é por meio da observação e do trabalho que as crianças e jovens do campo desenvolvem, nessa parceria entre família e escola, que se cria a possibilidade de constituir habilidades práticas e cognitivas que contribuam para a formação humana.

Justifica assim a necessidade de a escola conhecer a realidade dos educandos e educandas para que possa trabalhar a serviço do desenvolvimento e melhoria das e para as populações do campo. E é nesse sentido que meandramos esse trabalho,



como forma de abordagem crítica da Educação Ambiental na forma da Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, a pesquisa bibliográfica foi o alicerce de todo o seu desenvolvimento, incluindo a formulação do problema de pesquisa e a discussão dos resultados, através de uma reflexão baseada em obras de autores que discutem a temática, tais como: Caporal e Costabeber, (2007); Souza, (2012);

Caldart, (2004) e Ribeiro (2017), conhecer o processo histórico da educação no/do campo brasileiro, bem como seu estágio atual, via leitura atenta e crítica, buscando compreender as principais ideias, argumentos e evidências apresentadas pelos autores. É necessário nos familiarizarmos com as teorias, conceitos e debates existentes sobre o tema em questão, para identificarmos seus principais embates e entraves para a efetivação de uma Educação Ambiental crítica e emancipatória por todo o território.

Resultados e Discussão

“A educação no campo ganha força como uma oposição a estrutura educacional brasileira, advinda da resistência das populações que vivem e trabalham no campo” (CALDART, 2009, p. 39), com a mobilização dos movimentos sociais que buscavam construir uma nova concepção de educação baseada por “[...] uma proposta para desenvolver novas metodologias de ensino e propor políticas públicas diferenciadas para as populações dos espaços rurais (SOUSA, 2017, p. 636).

Nesse processo, “nascem nas universidades públicas diversos cursos com de base Agroecológica, como os de agrofloresta, agropecuária, agronomia, residência agrária, cooperativismo e agroindústria” (SOUSA, 2017, p. 30). E a partir desse momento, houve a busca por aprofundamentos no debate sobre a educação e a formação profissional para atuar com a agricultura familiar camponesa.

Lembremos que, a Educação do Campo busca amparo na Agroecologia como “[...] uma parceria pelas suas relações construídas que se vinculam estruturalmente ao movimento das contradições no âmbito da questão agrária, dos projetos de agricultura, da matriz tecnológica e de organização no campo” (CALDART, 2012). Dessa forma, se opõe ao modelo de educação rural que trata o camponês e as populações tradicionais como algo do passado, arcaico ao “progresso” e à modernização, bem definida pelo agronegócio.

O processo de desenvolvimento do campo, que tem sua origem na modernização conservadora da agricultura, com base na monocultura, uso intensivo de produtos químicos sintéticos e biotecnologias, para produção de mercadorias para a agroexportação, foi e ainda é defendido nas escolas, seja no campo ou na cidade, e tem se colocado nessas como símbolo do avanço contemporâneo de um “campo



moderno e produtivo”.

No entanto, precisa evidenciar os prejuízos socioambientais do agronegócio à sociedade, como os camponeses enfrentam e realizam outras formas de produção e reprodução da vida em seus territórios por meio da Agroecologia, e construir processos educativos, tendo as escolas como espaços imprescindíveis, na formação de sujeitos transformadores dessa realidade, elaborando propostas de estudos junto aos diferentes projetos pedagógicos, programas e disciplinas.

Concordamos com Sousa (2017, p. 31), quando dispõe sobre as características principais que, com base em princípios epistemológicos da educação no campo e da Agroecologia, devem nortear as metodologias de Educação Ambiental, como: a) Problematização da realidade; b) Aprofundamento das problemáticas identificadas; c) Proposição e resolução dos problemas identificados.

Também é importante lembrar que o campo é um “projeto colonialista assentado nas bases do latifúndio, da monocultura e do trabalho escravo, o território brasileiro foi forjado sobre a expropriação de indígenas, quilombolas e camponeses” (SOUZA, 2018, p. 67). E apesar de tal situação imposta pelas classes dominantes, o campo nunca deixou de ser um espaço de lutas e disputas latentes.

Os estudos de Loureiro e Lamosa (2014) destacam como o pensamento do agronegócio tem entrado nas escolas, principalmente no campo. Isto tem se dado em diferentes frentes, como o programa de Educação Ambiental “Agronegócio na escola”, que, desde 2001, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) passou a difundir e construir na rede pública de ensino de diversos municípios.

A autora reflete que o Programa citado faz parte de diferentes movimentos de entrada das empresas nas escolas públicas brasileiras. Os principais foram: Movimento Brasil Competitivo (MBC), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e Movimento Todos pela Educação. A entrada se deu por meio de projetos de Educação Ambiental formulados por estas organizações nas escolas públicas.

O território onde se encontram as escolas, segundo Fernandes e Molina (2004, p. 85), é um espaço de constante disputa entre agronegócio e agriculturas, onde o primeiro se caracteriza “pelo latifúndio, uso de agrotóxico e monocultura vegetal e animal, tecnologias externas, poucas pessoas e concentração de miséria. O segundo, policulturas, paisagens complexas, tecnologias apoiadas no saber local, com muitas pessoas”.

É nesse contexto de conflitos que a Educação do Campo se desenvolve. E como diz Caldart (2012), “essa realidade não é nova, mas a Educação do Campo inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento, evidenciando que esse modelo do agronegócio promove a preparação de mão de obra para os processos de modernização e expansão das relações capitalistas na agricultura.”



Em virtude desses aspectos, a Educação do Campo encontra na Agroecologia uma possibilidade de projetar a materialidade do seu projeto, na análise social e ecológica da realidade, permitindo a concretização de um novo projeto de campo, diferente do agronegócio, com o fortalecimento da identidade camponesa, dos povos tradicionais e sua resistência de permanência no campo, como sujeitos da práxis agroecológica.

Nesse sentido, é notório que a educação baseada nesses princípios, se realiza com ação coletiva como um potencial transformador de uma sociedade profundamente desigual. Segundo Ribeiro (2017, p. 127), “o ser humano, na cooperação, como resultado do contato social, supera seus limites pessoais, e o trabalho social gerado é sempre maior que a soma de todos os trabalhadores individuais.”

E em contraposição a esse projeto de cooperação no campo, que visa, sobretudo, via uma educação no/do campo crítica e emancipadora, é que o espaço escolar se apresenta como um importante espaço de lutas e disputa.

Conclusões

Agroecologia e Educação do Campo, a partir das práticas de Educação Ambiental, dialogam e se complementam na perspectiva de buscar a aproximação da escola com o processo da formação humana e das necessidades materiais da vida, considerando a potencialização das demandas reais nos territórios, onde o trabalho é um princípio para o desenvolvimento humano, considerando-o numa lógica bastante distinta da concepção defendido pelo capitalismo - exploração do trabalho.

É fundamental considerar que este caminho entre a Educação do Campo e a Agroecologia proporciona fortalecimento das lutas de ambas, amplia e projeta ações no campo da luta por direitos, por políticas públicas para efetivação e consolidação de uma educação agroecológica, com garantia a cada sujeito social do campo.

Assim, é urgente refletirmos sobre os desafios de uma Educação no Campo no âmbito da Educação Ambiental interdisciplinar, que tenha como foco principal a valorização das populações do campo, suas vivências, costumes, saberes e a relação com a natureza, e no mesmo patamar de importância, a preservação ambiental em todas as suas escalas. Por uma educação no campo crítica, popular, e capaz de despertar no “coração” das populações que resistem no campo, novas formas de relação com a natureza, que por fortuna acarretam na emancipação humana.

E é nessa perspectiva que a Agroecologia propõe uma prática educativa baseada em metodologias participativas que permitam a reconstrução histórica das trajetórias de vida e dos modos de produção, de resistência e de reprodução, assim como o desvendamento das relações das comunidades com o meio ambiente. Tais metodologias devem ajudar na identificação e compreensão, individual e coletiva,



dos sucessos e insucessos dos estilos de agricultura praticados, assim como a identificação e análise dos impactos positivos e negativos do modelo dominante sobre a comunidade e o seu entorno, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior.

Referências bibliográficas

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. p. 10-31.

_____. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, R. Et al. **Dicionário Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília, MDA/SAF/DATER, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano.; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna.; JESUS, S. M. S. A. (org.). Contribuição para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2004. p. 53-89.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAMOSA, Rodrigo. **Agronegócio e educação ambiental**: uma análise crítica. Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, abr./jun. 2014.

RIBEIRO, Dionara Soares, TIEPOLO, Elisiani Vitória, VARGAS, Maria Cristina, SILVA, Nivia Regina da. Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. **São Paulo: Expressão Popular**, 2017.

SOUSA, Romier da Paixão. **Agroecologia e educação do campo**: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 631-648, 2017.

SOUZA, Francilane Eulália de. **As geografias das escolas no campo do município de Goiás**: instrumento na valorização do território do camponês?. 2012. 380 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. **Educação no campo: lutas, experiências e reflexões**. 1. ed. Anápolis: Editora UEG, 2018. V. 1. 258p